

CULTURA CAIÇARA E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: O CASO DO POVO DO AVENTUREIRO, NA ILHA GRANDE (RJ)

Inês Chada Ribeiro ¹

Resumo: O artigo se propõe a investigar o conceito moderno de cultura e sua estreita relação com a dominação, não existe uma “cultura”, mas diferentes culturas. A cultura caiçara seria uma resistência à cultura dos dominantes pela origem social dos grupos que a representam e seu histórico de povoamento. A análise cultural aqui proposta se situa dentro de uma discussão política de sociedade e nesse viés a reflexão sobre processos identitários se coloca. Utilizando como base para discussão o trabalho de Aníbal Quijano (1980) sobre cultura e dominação e Stuart Hall (1999) para pensar a discussão sobre identidades, o texto aborda o processo instaurado na comunidade do Aventureiro na Ilha Grande (RJ), no qual “ser caiçara” se tornou sinônimo de ter direitos assegurados. Para além de uma definição fechada sobre a cultura caiçara o que está colocado são os direitos territoriais que pertencer a ela garante. Entretanto, entendendo a importância da luta dentro do campo simbólico a ressignificação em torno do ser caiçara nos dias atuais é algo que me mobiliza e é objeto de investigação. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, as considerações finais apresentam mais indagações do que respostas fechadas aos processos que pretendo adentrar.

Palavras-chave: cultura caiçara, processos identitários, relação de dominação

INTRODUÇÃO

O povo do Aventureiro² é uma comunidade que vive na parte oceânica da Ilha Grande, no município de Angra dos Reis (RJ), há pelo menos quatro gerações (COSTA apud MARTINS et al, 2011, p. 33). Durante três décadas a comunidade sofreu a pressão de estar dentro de uma Reserva Biologia, a REBio da Praia do Sul³, tipo de unidade de conservação de Proteção Integral que proíbe a presença humana. No ano 2000, após a promulgação da Lei do Sistema de Unidades de Conservação - SNUC⁴ o conflito se acirra e a comunidade é ameaçada de ser removida do seu território.

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense. E-mail: ineschada@gmail.com

² Maneira como os moradores se autodenominam desde a década de 1980. Fonte: VILAÇA; MAIA (2006).

³ Criada pelo Decreto Estadual nº 4.972 em 02 de dezembro de 1981. Fonte: http://ilhagrandehumanidades.com.br/sites/default/files/decretoestadual_4.972_02.12.1981.pdf, acesso em 23/09/2017.

⁴ Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. O SNUC é composto por 12 categorias de UC's (unidades de conservação) organizado em dois grupos: de proteção integral que proíbe a presença de moradores em seu interior e de uso sustentável. Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>, acesso em 23/09/2017.

Neste processo a comunidade que se reconhecia como *ilhéu* e *badjeca* passa a “confrontada” como *caiçara*, seja por turistas, pesquisadores e demais atores sociais. Aos poucos a afirmação da cultura caiçara do povoado foi se transformando em instrumento de luta para assegurar a permanência dos moradores nativos no território. Em 2014, a praia em que vive o povo do Aventureiro foi recategorizada como uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, RDS⁵, tipo de unidade de conservação de Uso Sustentável que tem por objetivo assegurar o modo de vida de populações tradicionais⁶.

O presente artigo pretende refletir sobre o que se entende por cultura caiçara e processos identitários, sob a ótica dos estudos culturais, enfatizando as relações de dominação que perpassam esse campo, constituído por valores ideológicos, classes sociais, interesses distintos e, portanto, conflitos. Outro elemento que vem sendo buscado é o olhar através de uma perspectiva *decolonial* que investem em outras narrativas para construção do conhecimento, considerando que *poder econômico* e *poder do saber* estão entrelaçados.

CULTURA CAIÇARA E RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO

Aníbal Quijano (1980), pensador peruano situado entre os autores decoloniais, se propõe a pensar “(...) como es que las relaciones de dominación-conflicto entre los grupos sociales, en las dimensiones económico-sociales y políticas de la sociedade, condicionan también sus relaciones en la dimensión cultural(...)” (p. 22). Ao tratar o tema da dominação e do conflito na ordem da cultura, ele analisa dois núcleos de questões interconectadas, a saber: (i) a configuração estrutural do universo cultural em uma sociedade determinada, os modos como se relacionam, diferenciam e se hierarquizam entre si os elementos que integram, e (ii) os fatores e engrenagens de determinação de tal ordem estrutural. Em suma, o autor propõe que a análise da dominação cultural não esteja dissociada dos conflitos entre os grupos sociais em suas dimensões econômico-sociais e políticas da sociedade.

Segundo Quijano (Idem) a cultura não seria um elemento isolado, mas que reproduz relações de poder, hierarquias e disputas políticas:

Son los grupos humanos portadores de las culturas, quienes tienen derecho no sólo de portar una cultura, sino de elaborarla y reelaborarla con la autonomía necesaria para organizar en cultura su cambiante experiencia social y

⁵ Lei Estadual nº 6793 de 28 de maio de 2014. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/122747746/lei-6793-14-rio-de-janeiro-rj>, acesso em 11/09/2017.

⁶ Segundo Diegues (2001) as culturais tradicionais “são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil” (p. 87).

psicológica, y por lo tanto para escoger en el fondo universal de elementos culturales, lo que resulte mejor para el desarrollo y el cambio de la calidad de la vida humana (p. 42).

O autor complexifica o entendimento sobre *cultura* e ainda aborda diferentes *culturas* e do direito para além de portá-las, mas a autonomia necessária para os grupos reelaborá-las. Não existe então, uma cultura a ser democratizada, mas diferentes culturas que inclusive se chocam e se aniquilam.

Ao refletir sobre os povos tradicionais, indígenas, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos, é importante situar esses grupos socialmente. Em sua maioria, eles têm um modo de vida integrado com a natureza, de forma que muitas vezes os territórios onde reproduzem sua existência são considerados “preservados” em relação ao espaço urbano-rural-industrial das cidades e das monoculturas. Nesses territórios estão integrados os espaços das habitações e da produção da vida em comum. Com a expansão da urbanização e do capitalismo esses grupos vivem diversos conflitos fundiários e a ameaça da permanência em seus territórios.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) instituída em 2007 na forma de Decreto⁷ é um instrumento recente para consolidação dos direitos culturais desses outros grupos “tradicionais” excluídos historicamente das políticas destinadas à afirmação da cultura hegemônica. Em seu artigo 3º, Inciso I, o Decreto apresenta o seguinte entendimento por “Povos e Comunidades Tradicionais”:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

A ideia de “tradição” e “tradicionalidade” devem ser trabalhados com muito cuidado para não cair numa visão romântica de cultura popular muito próxima do folclore que será contestada por Néstor Garcia Canclini (1990), como se esses grupos estivessem excluídos do processo da modernidade.

O entendimento moderno em torno do conceito de cultura tem origem na Europa do século XVIII, sob o paradigma do *Iluminismo*, ele é representativo do rompimento com o período medieval e a busca de explicações racionais para a realidade, em paralelo ocorre

⁷ Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm acesso em 04/09/2017.

a transição para a sociedade capitalista. Enrique Dussel (2005) diz que esse marco da Modernidade é eurocêntrico, pois toma como ponto de partida acontecimentos históricos *intra-europeus* como “essenciais para a implantação do princípio da subjetividade [moderna]” (Idem, p. 28), são eles: “a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa” (Idem p. 28). Para o autor “a ‘centralidade’ da Europa Latina na História Mundial é o determinante fundamental da Modernidade” (Idem, p. 29), esse marco acontece no século XV através do mercantilismo mundial protagonizado pela Espanha, primeira nação “moderna”.

Segundo Dussel o *ego-cogito* moderno foi antecedido pelo *ego-conquiro* (eu conquisto) prático luso-hispano. Essa “conquista” da Europa moderna do século XV proporcionou uma vantagem com relação a outras culturas antagônicas, como a turco-muçulmana e uma superioridade pela acumulação de riquezas vindas da América Latina. A entrada da América Latina no “jogo” da Modernidade é marcada pelo extermínio dos povos que aqui viviam, considerados bárbaros, incultos, que em nome dos valores civilizatórios superiores deveriam ser culpabilizados, educados e até massacrados por se oporem ao “progresso”. Essa análise nega a inocência da Modernidade ao:

des-cobrir” pela primeira vez a “outra-face” oculta e essencial à “Modernidade”: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as “vítimas” da “Modernidade”) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria “Modernidade”) (DUSSEL, 2005, p. 30-31)

O recente genocídio indígena na Amazônia⁸ confirma que a exploração econômica a qualquer custo que na Modernidade veio travestida de “valores civilizatórios superiores” continua se sobrepondo ao valor da vida. Os massacres de hoje remetem à colonização do passado, na forma de *colonialismo interno*. Na medida em que o Estado negligencia os conflitos fundiários e se abstém, privilegiando interesses econômicos privados, ele se torna cúmplice de tais atos. O discurso sobre a suposta barbárie dos povos originários embora tenha sido superado de maneira oficial, na prática esses grupos continuam sendo alvo de violência.

Félix Guattari (1996) afirma que “o conceito de cultura é profundamente reacionário” (p. 15). O autor chama atenção que a cultura não existe enquanto esfera autônoma, e que quando isoladas são capitalizadas “para o modo de semiotização

⁸ Fonte: <https://www.revistaforum.com.br/2017/09/09/ministerio-publico-confirma-massacre-em-tribo-isolada-do-amazonas/>, acesso em 10 de setembro de 2017.

dominantes – ou seja, simplesmente cortadas de suas realidades políticas” (p. 15). Dessa forma, a definição que mais interessa para o desenvolvimento dessa pesquisa é aquela que tensiona a *cultura* frente aos valores propagados pelo *capitalismo patriarcal, racista, genocida* que se apresenta atualmente como “fim dos tempos ou Império”. Segundo Ribeiro (2014) fazendo referência a Negri e Hardt (2001) o *Império* teria quatro características principais:

(i) ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites; (ii) ordem ahistórica, isto é, “o Império se apresenta, em seu modo de governo, não como um momento transitório no desenrolar da História, mas como um regime sem fronteiras temporais, e, nesse sentido, fora da História ou no fim da História”; (iii) forma paradigmática de biopoder, operando em todos os registros da vida social; e por último (iv) “apesar de a prática do Império banhar-se continuamente em sangue, o conceito de Império é sempre dedicado à paz – uma paz perpétua e universal fora da História” (p. 17).

O capitalismo cognitivo ou *Império* na medida em que opera “em todos os registros da vida social” afeta diretamente a *cultura*, pode ser entendida como “o conjunto dos processos sociais de significação” (CANCLINI, 2009, p. 41). Entretanto, essa “afetação” não é unilateral. Ao passo que o capitalismo engloba a cultura na sua afirmação, a própria cultura também fornece ferramentas de luta. Ela se coloca como um instrumento de disputa política, “a cultura como uma instância de conformação do consenso e da hegemonia, ou seja, de configuração da cultura política e também da legitimidade” (Idem, p. 46). Essa relação em disputa, entre o capitalismo e a cultura é aonde quero situar a discussão sobre a cultura caiçara.

Com relação aos estudos culturais, a cultura caiçara pode ser situada dentro da “cultura popular”, segundo Canclini (1980) “o popular nesta história é o excluído” (p. 191). De acordo com os processos constitutivos da “modernidade” ela pode ser explicada pelas seguintes oposições: tradicional x moderno, popular x culto, subalterno x hegemônico (Idem, p. 191-192). O autor desconstrói essas oposições tendo como bases três correntes que contribuíram para essa “teatralização”, foram eles: o folclore, as indústrias culturais e o populismo político. Nos três casos o popular aparece mais como algo construído do que pré-existente. Canclini destaca a aparição tardia dos estudos e políticas voltados para cultura popular e das diferentes apropriações do termo nos diferentes campos de conhecimento.

Algumas considerações são importantes ao começar a falar sobre a cultura caiçara. Em primeiro lugar essa denominação veio de fora pra dentro, não foram os nativos que começaram a se autoidentificar como caiçaras espontaneamente, mas estudiosos que

criaram essa categoria para definir as populações que residiam no litoral e tinham como características marcantes do seu modo de vida a pesca artesanal e a agricultura de subsistência. Em segundo lugar, essa definição é datada, ou seja, de estudiosos que pesquisaram esses grupos na década de 1940 e 1950. Mas como é de se esperar esses grupos não ficaram estagnados no tempo e diversos processos de mudança social ocorreram de lá pra cá (ADAMS, 2000). Dessa forma, Costa (2013) se referindo ao Aventureiro propõe que “termos como ‘cultura caiçara’ ou ‘população tradicional’ devem [devam] ser entendidos, (...), como categorias políticas ou jurídicas, e não como um retrato engessado da realidade ao qual a população do Aventureiro deve se adequar”. A partir dessa perspectiva política que estou mobilizando essas categorias.

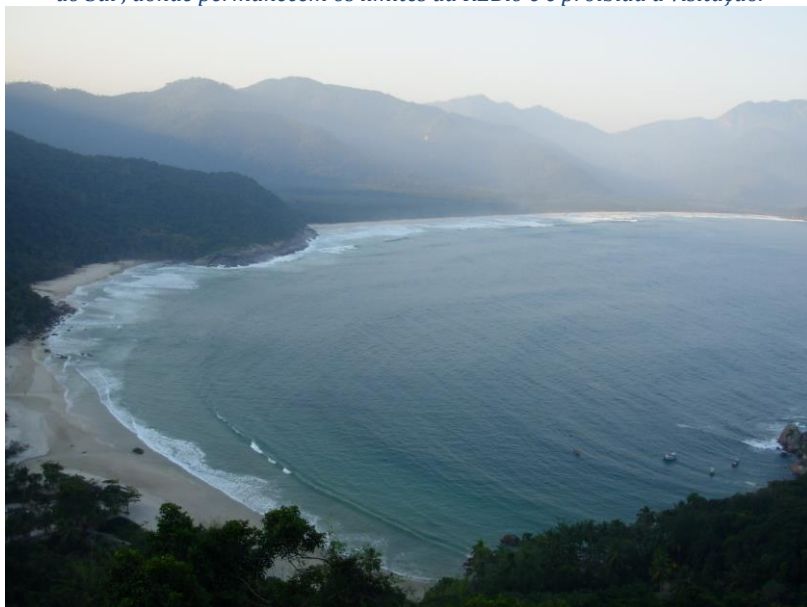
A ENUNCIÇÃO DA IDENTIDADE CAIÇARA NA COMUNIDADE DO AVENTUREIRO, NA ILHA GRANDE (RJ)

No ano 2000 houve a abertura de um inquérito civil público junto à procuradoria geral do Estado, baseado na promulgação da Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) do mesmo ano, solicitando o remanejamento da população do Aventureiro para o continente, sob a alegação que com a chegada do turismo a comunidade havia abandonado seu modo de vida “tradicional” (COSTA, 2008, P. 168). Segundo o discurso do ambientalista Gerhard Sardo que deu entrada no inquérito:

(...) essa cultura não existe mais, que seria a pesca de subsistência e toda uma série de atividades que antes eram vistas lá e que não são mais identificadas (...) porque hoje, esta comunidade do Aventureiro, infelizmente, se tornou um fator gerador de destruição, de turismo predatório do ambiente natural (...) o pescador tradicional não pode atrair milhares de turistas, na base de 4 a 5 mil a cada verão, a cada carnaval, numa praia que tem por volta de 200 habitantes (SARDO apud Idem, p. 168).

O crescimento do turismo na Ilha Grande após a desativação do presídio Cândidos Mendes em 1994 afetou diretamente a comunidade do Aventureiro. O turismo de camping começou a ser praticado nos quintais das casas dos moradores e a praia começou a ser frequentada por surfistas e “mochileiros” que além de encontrarem no Aventureiro um cenário paradisíaco, o camping era uma opção mais acessível do que hotéis e pousadas que são mais comuns em outras localidades da Ilha. A figura abaixo dá uma ideia do cenário mencionado.

Figura 1 Vista do mirante da pedra da Sundara: Praia do Aventureiro à esquerda, praia do Demo ao lado e praia do Sul, aonde permanecem os limites da REBio e é proibida a visitação.



Fonte: Arquivo pessoal, 2008.

Antes da chegada do turismo, a comunidade desde a criação da REBio Praia do Sul, em 1981, e depois com a criação do Parque Estadual Marinho do Aventureiro⁹ -PEMA, em 1990, passou a viver numa situação de ilegalidade e de restrições de práticas como a lavoura e a pesca¹⁰ na enseada do Aventureiro. Dessa forma o turismo foi se consolidando como uma fonte de renda significativa para a comunidade. De acordo com a fala do Luís, importante liderança comunitária, o turismo proporcionou uma melhora de vida, mas ao mesmo tempo provocou certa desunião entre a comunidade:

Luís – Tem certos lugares lá que passa na televisão, aí, né? Casinha de estuque, casinha de sapê, entendeu? O Aventureiro foi assim igual um lugar daquele. Só que tem uma diferença que lá tem a seca, né? Aqui não tinha seca, aqui ninguém passava fome, mas não comia o que come hoje em dia. Hoje em dia a gente come, passa bem, mas naquela época não. Era só peixe. Só peixe e farinha tinha que fazer aqui... Banana, fruta-pão, essas coisas aí. Feijãozinho só no final de semana, no meio de semana só uma moqueca de peixe mesmo. Não tinha luxo nenhum, cara! Não tinha banheiro, tinha que ir no mato. Por isso que todo mundo se ajudava mais, que todo mundo era igual. A partir da hora que uns começaram a subir mais, outros começaram menos. Começou, tipo assim, mais uma desunião, quase. Eu sinto isso, eu vejo isso. Se melhora o camping já fica

⁹ Parque Estadual Marinho do Aventureiro, criado pelo Decreto nº 15.983, de 27 de novembro de 1990. Fonte: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1990/dec_15983_1990_criaparqueestadualmarinhoaventureiro_rj.pdf, acesso em 23/09/2017.

¹⁰ Em seu parágrafo único no Artigo 3º o Decreto de criação do PEMA diz que “Sob controle e fiscalização da FEEMA, será permitida a pesca artesanal”.

meio falado, entendeu? Já fica uma inveja, assim. Já não tem mais aquele negócio de um fazer visita na casa do outro. Visitava mais. Se reunia mais (COSTA, 2013, p. 21).

Esse aspecto conflitivo proporcionado pelo turismo também é evidenciado na fala de outra liderança:

“Vovô” – O que acabou tudo foi os presos. Era a trava da Ilha Grande. A trava da Ilha Grande era o presídio. Mas não era só a Colônia, era a Ilha Grande toda, era uma trava, não entrava ninguém. Depois do presídio acabou a união no Aventureiro. Acabou não, diminuiu. Antes era todas as mulheres lá com a Lúcia, a Bieca, a mulher do Nezinho. E os homens vigiando. Com o dinheiro, depois do fim do presídio, é só meu camping pra cá, o meu pra lá, cada um por si (COSTA, 2013, p.20).

Embora a atividade turística tenha criado algumas divisões na comunidade, considerando que há uma preferência pelos estabelecimentos da praia em detrimento das casas no morro, a aproximação com pessoas de fora também fortaleceu a luta dos moradores para permanecer na localidade. No ano 2000 foi criada a Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV) em resposta ao inquérito civil e a partir de então diversos acontecimentos ocorreram até a criação da RDS em 2014.

Em meio a esse processo de resistência, a mobilização da identidade caiçara foi um elemento importante na defesa da comunidade diante das ameaças de remoção. Mas esse processo de se identificar como caiçara é recente, conforme a fala do Vovô¹¹ abaixo:

Olha, é, a turma aqui... caiçara, foi pouco tempo que é turma caiçara. A turma chamava aqui, a turma da ilha, ilhéu. Depois passou caiçara, turma caiçara. Aí ficou com o nome caiçara. E hoje em dia, tão caiçara, né[...] Caiçara é morar numa ilha, igual a nós. É morar numa ilha, né? Então caiçara é quem mora numa ilha [...] Ah, esse negócio de caiçara vem de pouco tempo pra cá, não faz muito tempo, não. A turma aqui era ilhéu, era badjeco, era uma porção de coisa [...] Eu sou badjeco (SOUZA, 2013, p. 143).

Para o Vovô “caiçara é morar numa ilha”, mas ele é *badjeco*. Segundo Janaína Souza (Idem) o termo *badjeco* era visto de forma depreciativa, sobretudo pelos moradores de Angra. A antropóloga chama atenção ainda para outra fala de uma moradora que diz que o termo “caiçara” é paulista:

Ah, eu lembro (referindo-se a quando ouviu o termo caiçara pela primeira vez). Eu lembro quem falou. Pra mim o termo caiçara é um termo paulista. É porque na verdade a primeira vez que ouvi foi meu marido quem falou. Meu marido era paulista e, quando ele me apresentou à família, ele falou assim: olha, é uma caiçara. Eu falei: “Caiçara?” Ele explicou: “É...” caiçara é quem vive da lavoura e da pesca. E eu falei: “Eu sou caiçara, sim.”. Então, daí... já tem cerca de 35

¹¹ Antônio Cardoso, o “Vovô”, morador, funcionário do INEA, 2012.

anos que ouvi a primeira vez esta palavra *caiçara*... Falada pelo meu marido paulista. Eu creio que seja paulista este termo, esta expressão (p. 143)¹².

A etimologia da palavra *caiçara* tem origem no tupi-guarani “proveniente da junção de duas palavras – *caá*, mato e *içara*, armadilha”, (FORTES FILHO, 2005, p.20), que quer dizer “espécie de cercado ao redor das casas dos índios e também a cerca usada dentro da água para servir de armadilha para pegar o peixe” (Idem, p. 127). Também foi utilizado para designar o “morador do litoral, da região que se estende do sul do estado do Rio de Janeiro até o norte do estado do Paraná” (Idem, p. 27).

Stuart Hall (1999) argumenta que nas sociedades “pós-modernas” há uma fragmentação ou “pluralização” de identidades (p.18). O autor chama atenção para as consequências políticas desta fragmentação que se torna instrumento de mobilização de grupos sociais muitas vezes de maneira contraditória. Hall cita o exemplo de um juiz negro de visões políticas conservadoras, indicado por Bush para a Suprema Corte, que durante as audiências em torno de sua indicação foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra. Segundo o autor as reações da sociedade frente a esse fato estavam relacionadas ao “jogo das identidades” polarizando grupos: mulheres negras, homens negros, homens brancos, mulheres conservadoras brancas, feministas brancas, além da questão de classe envolvida na denúncia. Independente da questão da culpa ou inocência do juiz, as discussões estavam pautadas em torno das diversas identificações que a polêmica levantou.

Ao invés de falarmos de “identidades” como algo acabado, Hall (Idem, p. 39) propõe que pensemos em “identificação”, na medida em que são processos em andamento. Segundo o autor, “a identidade é algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (Idem, p. 38).

Passa a haver um deslocamento da questão de classe como elemento estruturante das identidades que teria marcado o século XX para a “emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais: o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos” (Idem, p. 21).

Neste sentido, os movimentos dos seringueiros e demais povos tradicionais são expressões das novas demandas do século XXI, nos quais as lutas de classe passam a

¹² Neuzeli, nascida e criada no Aventureiro, professora, 2011.

reivindicar especificidades culturais e olhar de maneira mais sensível para as problemáticas do meio ambiente, negligenciada pelas teorias marxistas ainda muito pautada numa visão *urbanocêntrica* de mundo. Entretanto, embora o discurso de classe tenha “saído de moda”, na medida em que é fragmentado por diversas “identidades”, o capitalismo engloba todas elas na sua reprodução e exploração. Dessa forma, deve-se estar atento ao entrar no tema das identidades, para tomar cuidado com a ideia de verdade e essência que o termo suscita e a importância de olhá-la de forma *contrastiva*, buscando observar os conflitos e lutas envolvidas na enunciação de determinadas identidades.

O QUE É SER CAIÇARA NO AVENTUREIRO EM 2018?

A questão central para esse trabalho é: como a identificação com a cultura caiçara pode ser uma estratégia de fortalecimento comunitário? O que implica ser caiçara na contemporaneidade? Existem tensões, conflitos com a cultura hegemônica? Após a criação da RDS quais as questões hoje para a comunidade?

Cabe ressaltar que a “tradicionalidade” da comunidade do Aventureiro e seu relativo isolamento pelas condições geográficas, foi transpassada pelo convívio intenso com o Presídio, sua institucionalidade, seus perigos e o imaginário que despertou; com a pesca industrial que leva pescadores para muitos portos da costa; mas também de forma mais outras menos intensa com a industrialização da região iniciada com um estaleiro naval na década de 1950 e depois ampliada com o terminal de petróleo, usina nuclear, e mais recentemente atividades off shore do Pré-sal.

Hoje o turismo se tornou uma importante fonte de renda para a comunidade, mas outras ocupações ainda são praticadas por moradores como a pesca embarcada, emprego público e emprego privado. Dentre as ocupações tem desde estudante a aposentados, barqueiros, vigia florestal, professor e pedreiro. A comunidade não possui energia elétrica, mas 62% dos moradores possuem gerador em casa. O principal veículo de informação é a TV que é ligada junto com os geradores no final do dia, de 29 famílias que vivem na comunidade, 22 afirmaram que a TV e somente é ela é seu principal meio de informação.¹³

¹³ Fonte: MARTINS, Gabriela Cardo. BRANDÃO, Lindalva Priscila Nunes. MENDONÇA, Teresa Cristina de Mirada. “O ‘povo do Aventureiro’ os ‘mais caiçaras’ da Ilha Grande. In: *O povo do aventureiro e o turismo de base comunitária: experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro – Ilha Grande*, RJ. MENDONÇA, Teresa Cristina de Mirada. MORAES, Edilaine Albertino de (Org.). Seropédica: UFRRJ, 2011.

Atualmente a sede do INEA (Instituto Estadual do Ambiente) possui wifi que é amplamente usado pelos moradores.

A principal forma de chegada ao povoado é pelo mar, mas em ocasiões de “ressaca” só é possível sair ou chegar caminhando através de trilha para o Provetá, praia vizinha mais abrigada, para pegar um barco até Angra dos Reis. No caso de alguma emergência em que a Defesa Civil seja acionada, um helicóptero pode fazer um resgate de alguém. Alguns moradores possuem segunda residência no continente, necessária para aqueles que desejam continuar os estudos, ou que trabalham na cidade.

A comunidade do Aventureiro vem sendo sistematicamente local de interesse da comunidade acadêmica, que já produziu diversos trabalhos sobre o povoado. Os estudos, sobretudo das ciências humanas esbarravam no conflito com a REBio da Praia do Sul, que em 2014 teve um desfecho que vinha sendo discutido como o mais interessante para a permanência da comunidade pelos pesquisadores.

Segundo Janaína Souza (2013) através do contato com o turismo os moradores aprenderam o termo “caiçara”. Cita ainda que “o assédio dos pesquisadores também acabou por afirmar aos moradores que são caiçaras” (Idem, p. 142). Barth (2000 apud Idem, p. 130) defende que é o contato com o “Outro” que “marcará as fronteiras limítrofes de identificação dos grupos” (Idem, p. 130). Além do turismo e trabalhos acadêmicos, a realização de projetos¹⁴ no Aventureiro trouxeram a temática “caiçara” para a comunidade que começou a reivindicar essa identificação ao exigir o direito de permanecer na praia onde viveram seus antepassados. Pode-se concluir que os trabalhos realizados no Aventureiro contribuíram na defesa do interesse dos moradores em permanecerem na reserva de forma definitiva, mas também podem ter contribuído para o engessamento dessa construção identitária.

Observou-se que o risco de perder o território uniu a comunidade e após a resolução do conflito houve uma desmobilização entre os moradores, constatado pela ausência de gestão na Associação de Moradores nos dias de hoje. O próprio conselho deliberativo gestor da RDS ainda não foi implantado gerando uma sensação de abandono do Estado por parte

¹⁴ Entre 2009 e 2010 foi realizado um projeto de turismo de base comunitária financiado pelo Ministério do Turismo e realizado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) a compilação desse trabalho gerou uma publicação com diversos dados sobre a comunidade. Outro projeto realizado na comunidade é o “Cinebola Caiçara” pela Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ), tendo realizado quatro edições na localidade, nos anos: 2016, 2008, 2007 e 2006.

dos moradores. A pesquisa pretende observar se a identificação com a cultura caiçara pode ser um fator aglutinação ou não, com a sensibilidade de não congelar essa cultura frente às mudanças que todas as culturas estão sujeitas.

A RDS é uma forma de Unidade de Conservação (UC) em que as terras em seu interior são de domínio público e as populações tem apenas a concessão de uso e não a propriedade da terra. Nesse sentido a comunidade tem o direito de usar, mas não pode vender, gerando uma sensação de tutela dos moradores pelo Estado.

Por fim as culturas tradicionais, ao serem situadas em contraponto com a cultura moderna, na qual o ser humano é visto como predador da natureza, ainda são vistas muitas vezes de maneira romântica pela sociedade. Cristina Adams (2000) chama isso do “mito do bom selvagem”, como se esses grupos “tradicionais” estivessem excluídos da formação capitalista. A exploração do turismo, o consumo televisivo, dentre outros hábitos, mostra que a comunidade do Aventureiro está sujeita à reprodução de valores e desejos urbanos, capitalistas e individuais, assim como todo o restante da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. *As populações caiçaras e o mito do bom selvagem*. In: Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2000, v.3 nº 41.

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm acesso em 04/09/2017.

CANCLINI, Néstor Garcia. “La puesta em escena de lo popular”. In: CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1990.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. *O Aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008

COSTA, Gustavo Villela Lima da. “Memória e mudança social no povoado do Aventureiro (RJ): o passado revisitado e o direito ao futuro”. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 5-26, 2013.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidade e Eurocentrismo”. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLASCO: Buenos Aires, 2005.

FORTES FILHO, Paulo. In: Enciclopédia Caiçara. V. II. *Falares Caiçaras*. Antonio Carlos Diegues (Org). São Paulo: Hucitec, 2005.

FÓRUM, Revista (Redação) “Ministério Público confirma massacre em tribo isolada do Amazonas”. 9 de setembro de 2017. Disponível em:
<https://www.revistaforum.com.br/2017/09/09/ministerio-publico-confirma-massacre-em-tribo-isolada-do-amazonas/>, acesso em 10 de setembro de 2017.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARTINS, Gabriela Cardo. BRANDÃO, Lindalva Priscila Nunes. MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. “O ‘povo do Aventureiro’ os ‘mais caiçaras’ da Ilha Grande. In: *O povo do aventureiro e o turismo de base comunitária: experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro – Ilha Grande*, RJ. MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. MORAES, Edilaine Albertino de (Org.). Seropédica: UFRRJ, 2011.

MELLO, Carl Egbert Hansen de. *Apontamentos para servir à História Fluminense*: (Ilha Grande), Angra dos Reis. Conselho Municipal de Cultura: Angra dos Reis, 1987.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Site: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>, acesso em 23/09/2017.

QUIJANO, Aníbal. *Dominacion y cultura: lo cholo y el conflicto cultural en el Perú*. Lima: Mosca Azul: Lima, 1980.

RIBEIRO, Inês Chada. *CAPOEIRA: da produção de subjetividade às políticas culturais*. Monografia. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2014.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 4.972 em 02 de dezembro de 1981 cria a Reserva Biológica da Praia do Sul, na Ilha Grande. Fonte:
http://ilhagrandehumanidades.com.br/sites/default/files/decretoestadual_4.972_02.12.1981.pdf, acesso em 23/09/2017.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 15.983, de 27 de novembro de 1990 cria o Parque Estadual Marinho do Aventureiro. Disponível em:
http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1990/dec_15983_1990_criaparqueestadualmarinhoaventureiro_rj.pdf, acesso em 23/09/2017.

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual nº 6793 de 28 de maio de 2014. Dispõe sobre a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, na Ilha Grande, município de Angra dos Reis, (...). Disponível em: <https://gov->

rj.jusbrasil.com.br/legislacao/122747746/lei-6793-14-rio-de-janeiro-rj, acesso em 11/09/2017.

SOUZA, Janaina Nascimento Simões de. *Identidade e representação: os moradores da praia do Aventureiro – Ilha Grande – RJ*. Tese (Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

VILAÇA, Aparecida Maria Neiva. MAIA, Ângela de Azevedo. “O povo do Aventureiro”. In: PRADO, R. (org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Garamond/EDUERJ, 2006. p. 59-104.